

A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL PARA O ASSOCIATIVISMO: O CASO DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS NO BRASIL

RECH, Carla Michele¹

¹ *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política – ISP da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: carlatsul@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Diversos estudos na área das ciências sociais tem concluído que os processos organizativos são desencadeados por diferentes fatores. Entre eles, o contexto político institucional tem papel relevante e deve ser considerado nas análises. Estudos de caso realizados por Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001), Skocpol (2003), e Tilly (2006) ratificam essa constatação.

O objetivo do presente trabalho é averiguar a influência do contexto político-institucional para o desencadeamento de processos associativos, tendo como base empírica uma política do governo federal brasileiro, iniciada em 2003, de estímulo à criação e desenvolvimento de Colegiados Territoriais. A política em referência foi criada e é gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Conforme constam nos documentos oficiais, os Colegiados Territoriais são formados por representantes do governo federal e da sociedade civil. O número de integrantes depende do tamanho, do número de municípios e de organizações e da complexidade do território representado.

Os colegiados, segundo a SDT/MDA, são responsáveis por identificar as demandas locais das comunidades; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e dar ampla divulgação às ações dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais.

Tem a perspectiva por parte do governo de exercer níveis diferenciados de papéis/atribuições em cada ação da matriz. Para determinada ação, o Colegiado tem papel informativo, divulgando-a no território, informando a todos os segmentos da sociedade que a ação será realizada. Em outras ações o Colegiado assume papel consultivo, ou seja, ele propõe/sugere ao Ministério executor da ação questões que podem qualificá-la. Além disso, o Colegiado pode ainda deliberar - quando possui papel consultivo em relação a determinada ação no território. Nesse último caso, é ele que define onde e quando a ação será realizada

Segundo as resoluções do Condraf e informações contidas nos documentos institucionais, A SDT/MDA apoia os Colegiados Territoriais através de recursos de infraestrutura e custeio, disponibilizados anualmente, que busca viabilizar a estrutura física e o funcionamento do colegiado através de reuniões, plenárias e eventos de formação. Também disponibiliza assessoria técnica nos estados, através dos(as) Articuladores(as) Estaduais, nacionalmente através da Coordenação Geral de Órgãos Colegiados e no território através de entidades parceiras do processo de desenvolvimento territorial, que contratam o(a) Assessor(a) Técnico(a) para atender a demanda de trabalho do Colegiado.

Esse(a) Assessor(a) tem como função assessorar metodológica, técnica e operacionalmente o Colegiado Territorial.

Segundo documentos institucionais, os Colegiados Territoriais são arranjos institucionais dos quais se espera que assumam a gestão de um conjunto cada vez mais diversificado e amplo de iniciativas territoriais que concretizem os procedimentos necessários à promoção do desenvolvimento (MDA 2005). Cabe destacar que a organização e funcionamento dos colegiados territoriais se baseiam em resoluções nacionais - Resoluções 48 e 52 – regulamentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) que orientam a representatividade necessária, bem como indica as instâncias mínimas dos colegiados territoriais.

Conforme assinala Weidgenant (2011), estes colegiados são, em sua grande maioria, oriundos das Comissões de Implantação das Ações Territoriais – CIAT's que foram instancias iniciais de articulação e organização dos colegiados territoriais, também fomentadas pela SDT/MDA sendo que vários deles ainda mantêm sua formatação e seu funcionamento inicial.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento do presente trabalho foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema, acompanhado de análise dos documentos institucionais que fundamentam o programa nacional que dá base a constituição dos colegiados territoriais com seus propósitos e justificativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas obras de Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001), Skocpol (2003), e Tilly (2006) há a explicitação do argumento de que os repertórios de ação coletiva variam conforme o contexto político institucional.

Segundo Silva (2010) muito recentemente passa a ganhar espaço no campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil a *contentious politics*¹,

“Os autores da *contentious politics* enfatizam a necessidade de analisar as interdependências entre os repertórios de ação desenvolvidos pelos atores contestadores e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas” (Ibid, p. 5).

Segundo as análises realizadas, esta perspectiva teórica tem conquistado uma posição de certa hegemonia no debate internacional na última década e no último período seus conceitos começaram a ser mobilizados para a interpretação de diferentes processos organizativos e de contestação. Considerando a problemática da presente pesquisa parece adequado utilizar esta abordagem teórica.

No caso do Brasil fica evidente com os dados apresentados até o momento de que o governo brasileiro desencadeou uma serie de processos organizativos a partir da elaboração de uma política que tem como orientação para sua execução a criação de um espaço colegiado, e que estas transformações ocorridas no governo provocam uma mudança de postura dos atores sociais.

¹ “Tendo como uma de suas origens a denominada Teoria do Processo Político (McAdam, 1997; Tarrow, 2009) (...) tem como um de seus argumentos fundamentais a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das instituições” (Silva, 2010, p. 5)

relação dos resultados da implementação desta política com o desencadeamento de repertórios de ação coletiva em diferentes partes do país que resultaram ao longo de sete anos em cerca de 240 colegiados territoriais organizados e em funcionamento, por todo o país.

4. CONCLUSÕES

Pelo exposto, fica evidente que estes colegiados territoriais foram criados para implantação de uma política pública do governo brasileiro, ou seja, há uma influência do contexto político institucional no desencadeamento de processos associativos. Seriam necessários novos estudos para averiguar quantos destes espaços pré-existiam à proposta do governo federal, mas é possível verificar a influência do contexto político institucional para o associativismo.

A importância da realização deste tipo de estudo está na possibilidade de contribuir com a retomada dos estudos brasileiros nas ciências sociais sobre os processos de organização e mobilização social bem como socializar uma experiência de ação do governo brasileiro que tem buscado a promoção de espaços de ação coletiva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF 1; CONDRAF, Brasília, DF. Setembro de 2005.

_____. Weidgenant, Maurício. Produto 5: Documento contendo orientação técnica sobre a regulamentação de instâncias técnicas, temáticas ou de representação de segmentos sociais nos Colegiados Territoriais. Brasília, DF. Abril de 2011.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Resolução nº 48, de 16/09/2004. Condraf, Brasília, 2004.

_____. Resolução nº 52, de 16/02/2005. Condraf, Brasília, 2005.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos** 46(1):2-9, janeiro/abril 2010

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

SKOCPOL, Theda. **Diminished Democracy: from membership to management in American civic life**. Norman: University of Oklahoma Press, 2003.